

A Caixa que o Brasil Precisa



FENAE



CONTRAF

2027 2030



FENAE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

Sergio Hiroshi Takemoto.

Vice-presidente:

Clotário Cardoso.

Diretor de Administração e Finanças:

Marcos Aurélio Saraiva de Holanda.

Diretor de Esportes:

Rafael de Castro Leite Pereira.

Diretor Sociocultural:

Emanoel Souza de Jesus.

Diretor de Comunicação e Imprensa:

Moacir Carneiro da Costa.

Diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas:

Rita de Cássia Santos Lima.

Diretora de Relações do Trabalho:

Fabiana Cristina Meneguele Matheus.

Diretor de Saúde e Previdência:

Leonardo dos Santos Quadros.

Diretora de Políticas Sociais:

Rachel de Araújo Weber.

Diretora de Impacto Social:

Giselle Maria Araújo de Menezes.

Diretor Jurídico:

Marcos Leite de Matos Todt.

Diretor da Região Norte:

Paulo Roberto da Costa.

Diretor da Região Nordeste:

Paulo Roberto Massetti Moretti.

Diretora da Região Centro-Oeste:

Vera Lúcia Barbosa Leão.

Diretor da Região Sudeste:

Paulo Roberto Damasceno.

Diretor da Região Sul:

José Megume Tanaka.

CONSELHO FISCAL

Titulares: **Jadir Fragas Garcia, Maria Adelaide dos Santos e Túlio Roberto Nogueira Menezes.**

Suplentes: **Lourdes Barboza da Silva, Francisca de Assis Araújo Silva e Marco Antonio Zanardi.**

CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL

Presidente:

José Herculano Neto.

Vice-presidente:

Paulo César Matileti.

Secretária:

Érika Patrícia Barros Paiva de Carvalho.

CONTRAF-CUT

Presidência:

Juvandia Moreira Leite.

Vice-Presidência:

Vinícius de Assumpção Silva.

Secretaria Geral:

Gustavo Machado Tabatinga Junior.

Secretaria de Finanças:

Luiz Cesar de Freitas.

Secretaria de Comunicação:

Elias Hennemann Jordão.

Secretaria de Relações Internacionais:

Rita Berlofa.

Secretaria de Saúde do Trabalhador:

Mauro Salles Machado.

Secretaria de Formação:

Eliana Brasil.

Secretaria de Organização do Ramo Financeiro e Política Sindical:

Talita Régia da Silva.

Secretaria de Relações do Trabalho:

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira.

Secretaria de Assuntos Socioeconômicos:

Walcir Previtale.

Secretaria de Cultura:

Carlos Damarindo.

Secretaria de Assuntos Jurídicos:

Lourival Rodrigues.

Secretaria da Mulher:

Fernanda Lopes.

Secretaria de Políticas Sociais:

Elaine Cutis.

Secretaria da Juventude:

Bianca Garbelini.

Secretaria de Combate ao Racismo:

Almir Costa de Aguiar.

DIRETORIA EXECUTIVA

Jair Alves Santos, Lívio Santos e Assis, Katia Virginia Cadena Ferraz, Marco Aurélio Silveira Silvano, Rosalina do Socorro Ferreira Amorim, Wagner Figueiredo dos Santos

CONSELHO FISCAL

Efetivos: **Carlindo Dias de Oliveira, Sergio Ricardo Nunes Siqueira, Tânia Maria de Souza.**
Suplentes: **Bruna Athayde La Guárdia, Mário Luiz Raia, Simoni Nascimento e Abreu.**

CONTEÚDO

Coordenação Editorial:

Lis Weingartner.

Edição/Pesquisa e elaboração:

Aline Baega, Antônio José, Cinara Lima, Lis Weingartner e Raquel Coelho.

Assistente Editorial:

Ana Luíza Victorino.

Revisão:

Aline Baega, Cinara Lima, Lis Weingartner, Naiara Campos, Sandra Flosi, Soraya Paladini e Verônica Soares.

Arte, Projeto Gráfico e

Diagramação:

Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres Dias.

Articulistas:

Darcy Costa, Evaniza Rodrigues, Hyolitta Costa de Araújo, Ladislau Dowbor, Luis Nassif, Roberta Pontes, Sérgio Amadeu.

Colaboração: **Dionísio Reis e Jair Pedro Ferreira.**

SUMÁRIO

O Brasil real passa pela Caixa.....	5
--	----------

Sergio Takemoto - presidente da Fenae

Juvandia Moreira Leite - presidenta da Contraf-CUT

O crédito como instrumento de desenvolvimento: o papel estratégico da Caixa	7
--	----------

Ladislau Dowbor

O FGTS como instrumento estratégico para o desenvolvimento do Brasil.....	10
--	-----------

Hyolitta Costa de Araújo

A moradia para além das paredes: um direito em construção	13
--	-----------

Evaniza Rodrigues

O segmento de habitação da Caixa como instrumento de reversão da desigualdade	16
--	-----------

Rede BrCidades

O papel estratégico da Caixa Econômica Federal como banco público e social e a garantia de acesso a políticas estruturantes pela população em situação de rua	20
--	-----------

Darcy da Silva Costa

A Caixa como agente de transformação social das políticas públicas educacionais no Brasil.....	25
---	-----------

Roberta Pontes

A Caixa Federal operadora da soberania digital.....	28
--	-----------

Sérgio Amadeu

Bancos públicos: a importância estratégica da Caixa na transformação digital	30
---	-----------

Luis Nassif

O que é necessário fazer para conquistarmos a Caixa que o Brasil precisa.....	32
--	-----------

Síntese das Propostas por Eixo Temático



**FENAE
COM
ELAS**

Combater o feminicídio é necessário

O Brasil registrou recorde de assassinatos de mulheres por dia em 2025.

Os dados são alarmantes: 4 mulheres são vítimas de feminicídio todos os dias.

Ficar parado não é uma opção e a Fenaé está com elas! A campanha Fenaé com Elas, firmada a partir da assinatura da carta-compromisso com o Ministério das Mulheres, reafirma nossa atuação na defesa do direito das mulheres.

Conheça nossas iniciativas.

Se você vê, ouve ou suspeita, denuncie. Ligue 180!

*Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública.



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

O Brasil real passa pela Caixa

Discutir o papel da Caixa entre 2027 e 2030 não significa apenas discutir o futuro de uma instituição financeira, mas compreender quais instrumentos um governo popular e democrático terá para enfrentar desigualdades, ampliar direitos e promover o desenvolvimento do país.

A Caixa é um dos principais braços do Estado para fazer as políticas públicas chegarem à população. Sua capilaridade, sua capacidade técnica e operacional e a experiência acumulada por mais de um século permitem conectar decisões de governo às necessidades dos brasileiros.

As contribuições de Ladislau Dowbor, Evaniza Rodrigues, Hyolitta Costa de Araújo, Darcy da Silva Costa, Roberta Pontes, Sérgio Amadeu, Luis Nassif e Rede BrCidades reunidas nesta publicação, partem de diferentes áreas de conhecimento e experiências sociais. Juntas, porém, apresentam uma mensagem comum: a Caixa é uma instituição estratégica para qualquer projeto de país comprometido com justiça social, soberania e desenvolvimento.

Por meio da Caixa, o crédito pode deixar de servir prioritariamente ao mercado e voltar-se para a economia real, para a produção, o consumo, os pequenos negócios, a habitação e a geração de empregos. Quando o recurso chega à base da sociedade, ele circula, movimenta o comércio, estimula cadeias produtivas, gera renda e fortalece o mercado interno. Reduzir desigualdades não é um obstáculo ao desenvolvimento. É uma de suas condições fundamentais.



É também pela Caixa que políticas de moradia podem alcançar uma dimensão verdadeiramente social. Morar com dignidade não é apenas ter quatro paredes e um teto. É ter acesso à cidade, ao saneamento, ao transporte, à escola, à saúde, ao trabalho e à vida comunitária. É reconhecer que existem famílias capazes de assumir um financiamento, mas também milhões de brasileiros para os quais o crédito tradicional jamais será uma solução suficiente.

Essa realidade é ainda mais evidente quando pensamos na população em situação de rua, quando a presença do Estado precisa superar barreiras burocráticas, preconceitos e procedimentos incompatíveis com a vida de quem perdeu documentos, não tem endereço fixo ou está distante do acesso aos serviços públicos. A política só existe plenamente quando o acesso aos serviços é real e, do outro lado da porta, existe alguém preparado para acolher e orientar.

Na educação, a Caixa também demonstra sua capacidade de conectar proteção social e construção do futuro. Programas como o Pé-de-Meia, voltado à redução da evasão escolar,

mostram que a transferência de renda pode ajudar um jovem a continuar na escola e ampliar suas possibilidades de vida.

O mesmo compromisso precisa orientar a defesa do FGTS. Patrimônio dos trabalhadores e mecanismo de proteção social, o Fundo é também uma das principais fontes de financiamento da habitação, do saneamento e da infraestrutura. Preservar sua sustentabilidade e sua função coletiva é proteger a capacidade do Brasil de realizar investimentos de longo prazo em áreas fundamentais para a população e para o desenvolvimento nacional. E é a Caixa, com sua estrutura e sua experiência, que transforma esses recursos em obras, moradias, empregos e melhoria das condições de vida.

Essa missão também exige uma Caixa tecnologicamente preparada. Um banco público precisa investir em inovação, segurança e eficiência, mas não pode adotar como único parâmetro a competição comercial ou a redução de custos. Sua tecnologia deve servir para aproximar a população das políticas públicas, simplificar procedimentos e facilitar o acesso a direitos.

Não é aceitável que pessoas deixem de receber um benefício ou encontrem mais facilidade para se relacionar com instituições privadas do que com o principal banco público e social do país. A transformação digital da Caixa precisa considerar as diferentes realidades da população brasileira. Deve oferecer serviços simples e acessíveis sem abandonar a presença territorial e o atendimento humano.

Também deve contribuir para a soberania nacional. A Caixa tem capacidade e recursos para estimular tecnologias abertas, fortalecer soluções desenvolvidas no país e reduzir dependências de corporações estrangeiras. Seu poder de investimento pode ajudar a construir uma infraestrutura tecnológica comprometida com o interesse público e com o desenvolvimento brasileiro.

Mas nenhuma estratégia para o futuro da Caixa será possível sem seus empregados e empregadas. É na Caixa que o Brasil real chega, e são os empregados que recebem esse Brasil. São eles que acolhem trabalhadores em busca da casa própria, jovens que precisam acessar um benefício, famílias

que dependem de uma transferência de renda e pessoas sem qualquer familiaridade com bancos, aplicativos ou procedimentos financeiros.

Muitas vezes, quem entra em uma agência da Caixa não chega como cliente em busca de um produto. Chega como cidadão em busca de um direito. Precisa ser ouvido, orientado e acolhido. E é o empregado que enfrenta as limitações dos sistemas, resolve pendências, faz com que uma política formulada pelo governo alcance, efetivamente, quem mais dela necessita e transforma uma política pública em algo concreto na vida das pessoas.

O Pessoal da Caixa conhece as desigualdades do Brasil não apenas pelos indicadores, mas pelos rostos e pelas histórias das pessoas que atendem.

Valorizar os empregados, portanto, não é uma pauta separada do projeto de Caixa defendido nesta publicação. É uma condição para realizá-lo. A instituição precisa contar com trabalhadores em número suficiente, qualificados, respeitados e com condições adequadas para exercer uma função que vai muito além da atividade bancária tradicional.

Este caderno é uma contribuição da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT) ao debate sobre a Caixa e o Brasil que queremos construir entre 2027 e 2030. O Brasil precisa de uma Caixa pública, forte, moderna, soberana e socialmente comprometida. Uma Caixa eficiente, mas que não abra mão de sua humanidade. Que reconheça sua dimensão financeira, mas jamais se reduza a ela. E que conte com empregados valorizados para continuar transformando políticas públicas em direitos, desenvolvimento e dignidade. A humanidade da Caixa está nas pessoas que nela trabalham e nas pessoas que ela atende.

Sergio Takemoto, presidente da
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa (Fenae)

Juvandia Moreira Leite, presidenta da
Confederação Nacional dos Trabalhadores
do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT)



O crédito como instrumento de desenvolvimento: o papel estratégico da Caixa

Por Ladislau Dowbor*

O crédito costuma ser tratado como um produto financeiro. Na realidade, ele é muito mais do que isso, sendo um instrumento de desenvolvimento e, dependendo da forma como é oferecido, pode impulsionar a economia ou travá-la.

Quando uma família consegue financiar sua casa própria, não está apenas adquirindo um imóvel. Está movimentando uma extensa cadeia produtiva. A construção civil compra cimento, aço, madeira, vidro, cerâmica, equipamentos elétricos e hidráulicos. Contratam-se engenheiros, arquitetos, pedreiros, eletricitas, encanadores e inúmeros outros profissionais. Ao mesmo tempo, novos bairros demandam escolas, unidades de saúde, transporte, comércio e serviços. Cada real investido gera novos investimentos, novos empregos e novas oportunidades.

É o chamado efeito multiplicador. O recurso aplicado não se esgota na primeira operação. Ele percorre diferentes setores da economia, amplia a atividade produtiva e retorna à sociedade na forma de renda, arrecadação e crescimento. Em outras palavras, colocar recursos na base da sociedade não significa retirar dinamismo da economia. Significa fortalecê-la.

O mesmo raciocínio vale para programas de transferência de renda. Durante muito tempo, parte do debate público procurou apresentar iniciativas como o Bolsa Família apenas como despesas do Estado. Mas, quando o recurso chega às famílias de baixa renda, ele retorna imediatamente ao mercado por meio do consumo. São compras de alimentos, medicamentos, roupas, material escolar, transporte e serviços básicos. Este consumo fortalece o comércio local, estimula a produção industrial e gera empregos.

A experiência internacional demonstra isso de maneira consistente. Países que conseguiram construir mercados internos sólidos compreenderam que ampliar a capacidade de consumo da população não é apenas uma política social, mas uma estratégia econômica. O desenvolvimento sustentável depende justamente dessa circulação permanente de riqueza.

É nesse ponto que a Caixa Econômica Federal assume um papel singular. Sua importância não está apenas em administrar programas públicos ou conceder financiamentos. Está na capacidade de direcionar recursos para áreas onde eles produzem maior retorno econômico e social.

A Caixa conecta políticas públicas, crédito e desenvolvimento de uma maneira que poucas instituições financeiras conseguem realizar. Quando operacionaliza programas como Bolsa Família e Pé-de-Meia, a instituição garante que milhões de brasileiros tenham acesso a uma renda capaz de movimentar a economia local. Quando financia o Minha Casa, Minha Vida, fortalece simultaneamente a construção civil, a indústria de materiais, o comércio, os serviços e o mercado de trabalho. Quando investe em saneamento, infraestrutura urbana e em desenvolvimento regional, cria condições para elevar a produtividade de municípios inteiros.

Essa lógica difere profundamente da atuação predominante do sistema financeiro privado. O objetivo central de um banco público não pode ser apenas maximizar dividendos. Sua missão é orientar o crédito para atividades capazes de produzir riqueza coletiva. Isso significa financiar investimentos produtivos, estimular pequenos negócios, apoiar a agricultura familiar, fortalecer cooperativas, incentivar projetos locais e ampliar o acesso ao financiamento para famílias e empreendedores.

Em um país marcado por profundas desigualdades territoriais, essa capacidade torna-se decisiva. Em milhares de municípios, a presença da Caixa Econômica Federal representa não apenas um banco, mas a própria presença do Estado, garantindo acesso ao crédito, aos programas públicos e aos serviços financeiros.

Mas o desenvolvimento não depende apenas da existência de recursos financeiros. Depende também da capacidade das próprias comunidades de participar das decisões sobre sua utilização. Como sustento em meu livro “Resgatar a função social da economia”, a democracia não se esgota no voto. Ela exige mecanismos permanentes de participação social, acompanhamento das políticas públicas e descentralização do processo decisório. É no nível municipal que a população conhece seus problemas, identifica oportunidades e pode definir prioridades com maior eficiência.

Essa visão não é apenas uma defesa da participação democrática; ela também representa uma estratégia de desenvolvimento econômico. Quando as decisões são tomadas mais próximas dos territórios, torna-se possível direcionar o crédito para responder às necessidades reais de cada região. Um município sabe onde faz mais sentido apoiar uma cooperativa, fortalecer a agricultura familiar, investir em infraestrutura urbana, estimular pequenos empreendimentos ou criar um cinturão hortifrutigranjeiro. Quando o financiamento dialoga com essas prioridades locais, o efeito multiplicador dos investimentos torna-se muito maior.

Democratizar as decisões sobre o desenvolvimento deixa, assim, de ser apenas um ideal político e passa a representar também uma forma mais eficiente de organizar a economia. É justamente nesse contexto que a Caixa Econômica Federal amplia sua relevância. Pela

sua capilaridade e pela experiência acumulada na execução de políticas públicas, a instituição tem condições de conectar crédito, participação social e desenvolvimento territorial, transformando recursos financeiros em oportunidades concretas para fortalecer economias locais, reduzir desigualdades e ampliar a capacidade de cada comunidade construir seu próprio futuro.

O crédito precisa voltar a servir à economia real

Se existe hoje um dos maiores entraves ao desenvolvimento brasileiro, ele está no custo do crédito. Durante décadas, consolidou-se no país uma lógica em que o sistema financeiro passou a ser remunerado muito mais pela circulação do próprio dinheiro do que pelo financiamento da produção. O resultado foi uma progressiva financeirização da economia, fenômeno que desloca recursos da atividade produtiva para operações de natureza essencialmente financeira.

O Brasil pratica uma das maiores taxas de juros reais do mundo. Enquanto em muitos países os juros ficam próximos de zero ou em níveis baixos, aqui o custo do crédito é extremamente elevado. Isso faz com que seja mais lucrativo aplicar dinheiro no sistema financeiro do que investir na produção, na geração de empregos ou na inovação. Com juros desse tamanho pagos aos bancos, as famílias deixam de comprar o que precisam para o sustento. E as empresas deixam de investir porque não faz sentido tomar crédito a 25% ao ano.

As consequências são visíveis. De um lado, milhões de famílias convivem com taxas de juros incompatíveis com qualquer perspectiva de planejamento financeiro. Grande parte da renda é destinada ao pagamento de dívidas, reduzindo a capacidade de consumo justamente da parcela da população que mais dinamiza a economia.

De outro, empresários deixam de investir porque o custo do financiamento torna inúmeros projetos economicamente inviáveis. Em vez de construir uma nova fábrica, ampliar um negócio ou investir em inovação, muitos preferem adiar investimentos diante de um crédito excessivamente caro. O resultado é uma economia que cresce menos do que poderia.

É importante compreender que juros elevados não afetam apenas quem toma empréstimos. Eles reduzem o consumo, desestimulam investimentos, diminuem a geração de empregos e comprometem o crescimento da renda nacional. São um freio permanente sobre a economia real.

Essa realidade contrasta com a experiência da maior parte das economias desenvolvidas. Em diversos países, o crédito para famílias e empresas opera com taxas significativamente menores porque existe o entendimento de que o financiamento produtivo não é apenas uma operação bancária: é uma política econômica.

E o Brasil precisa recuperar essa compreensão. Isso não significa ignorar os desafios do equilíbrio fiscal nem desprezar o papel da política monetária. Significa reconhecer que o sistema financeiro deve cumprir sua função primordial: transformar poupança em investimento produtivo.

Nesse contexto, a Caixa Econômica Federal reúne características que poucas instituições financeiras possuem simultaneamente: ampla presença no país, forte capacidade operacional, conhecimento das políticas públicas e sólida situação financeira. Esta combinação permite que a instituição atue como indutora de um ambiente de crédito mais favorável ao desenvolvimento.

A experiência brasileira demonstra que, sempre que bancos públicos ampliaram o acesso ao crédito em condições mais equilibradas, contribuíram para dinamizar mercados, ampliar investimentos e estimular a concorrência. Não se trata de substituir o setor privado, mas de estabelecer parâmetros que aproximem o sistema financeiro de sua função social.

Mais do que oferecer empréstimos, um banco público pode ajudar a reorganizar incentivos econômicos. Pode priorizar financiamentos que gerem emprego, apoiem pequenas empresas, fortaleçam cooperativas, ampliem a infraestrutura urbana e impulsionem a inovação. Pode estimular setores capazes de produzir riqueza de forma sustentável e reduzir desigualdades regionais.

Essa capacidade torna-se ainda mais relevante diante das transformações pelas quais passa o mercado financeiro. A digitalização ampliou o acesso aos serviços bancários, mas não resolveu o principal

problema: o elevado custo do crédito para famílias e empresas. A tecnologia, por si só, não democratiza oportunidades. O que democratiza oportunidades é o direcionamento inteligente dos recursos financeiros.

Por isso, fortalecer a atuação da Caixa Econômica Federal não significa defender privilégios para uma instituição pública. Significa reconhecer que o desenvolvimento econômico exige instrumentos capazes de financiar aquilo que produz valor para a sociedade.

O crédito deve voltar a ser uma ponte entre a poupança e a produção, entre o investimento e o emprego, entre o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais. Essa é, em essência, a missão que justifica a existência de um banco público em um país como o Brasil.

A experiência internacional confirma esse caminho. Países que conseguiram combinar crescimento econômico com redução das desigualdades contam com bancos públicos robustos, sistemas de crédito voltados ao investimento produtivo e políticas que fortalecem seus mercados internos.

No fim das contas, a questão central continua sendo a mesma. O Brasil não enfrenta uma escassez de recursos. O que precisa mudar é a direção desses recursos. O dinheiro destinado à especulação permanece concentrado e beneficia poucos. O dinheiro orientado para a economia real multiplica investimentos, fortalece empresas, gera empregos, amplia o consumo, aumenta a arrecadação e melhora a vida das pessoas. Essa é a lógica dos efeitos multiplicadores. É também a lógica do desenvolvimento.

Fortalecer a Caixa Econômica Federal como banco público significa consolidar essa visão de país: uma economia em que o crédito deixa de ser apenas uma fonte de rentabilidade financeira para tornar-se um instrumento permanente de desenvolvimento social, redução das desigualdades e construção de um Brasil mais justo e mais próspero.

****Ladislau Dowbor é economista, doutor em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Estatística e Planejamento de Varsóvia, professor titular de pós-graduação da PUC-SP e consultor de diversas agências da ONU.***

O FGTS como instrumento estratégico para o desenvolvimento do Brasil

Por Hyolitta Costa de Araújo*

O Brasil tem conquistado avanços importantes na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social. No entanto, o país ainda enfrenta desafios estruturais que demandam investimentos capazes de impulsionar esse desenvolvimento e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nesse contexto, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao longo de seus 60 anos de existência, tem sido um instrumento estratégico para o desenvolvimento nacional. Além de cumprir sua função principal de proteção ao trabalhador, o fundo constitui um dos principais mecanismos de financiamento de políticas públicas, contribuindo para a geração de empregos e investimentos em áreas como habitação popular, saneamento e infraestrutura, além de desempenhar papel relevante no enfrentamento do déficit habitacional.

Em 2025, o Fundo contabilizou um ativo de R\$ 837,7 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 125,98 bilhões, administrando uma carteira de crédito superior a R\$ 625 bilhões. Sua abrangência também confirma sua relevância social, com cerca de 233 milhões de contas vinculadas pertencentes a 138 milhões de trabalhadores. No mesmo ano, arrecadou R\$ 211,7 bilhões, a maior arrecadação da história, registrando resultado de R\$ 14,7 bilhões. Apenas em 2025, foram financiadas cerca de 633 mil unidades habitacionais, reforçando o papel do Fundo como instrumento de financiamento de políticas públicas de elevado impacto econômico e social.

A dimensão do FGTS, contudo, não se restringe à administração de recursos. Entre 1995 e 2025, o Fundo destinou aproximadamente R\$ 1,1 trilhão ao financiamento habitacional, viabilizando mais de 10,9 milhões de moradias, beneficiando cerca de 390 milhões de pessoas e contribuindo para a geração de quase 26 milhões de empregos. Atualmente, os recursos do FGTS respondem por aproximadamente 60% da carteira imobiliária administrada pela Caixa Econômica Federal, desempenhando papel central na política habitacional brasileira, especialmente para famílias de baixa e média renda.

O cumprimento dessa função também depende da existência de uma instituição capaz de



operacionalizar o Fundo. Enquanto banco público, a Caixa Econômica Federal exerce um papel que vai além da administração dos recursos, constituindo um instrumento de implementação de políticas públicas. A estrutura técnica, a capilaridade e a experiência da Caixa se concretizam no trabalho de seus empregados, que operacionalizam o FGTS e transformam a poupança dos trabalhadores em investimentos de longo prazo.

A magnitude dos recursos administrados pelo Fundo e sua capacidade de financiar políticas estruturantes explicam sua posição central no projeto de desenvolvimento brasileiro. Ao mesmo tempo, essa relevância faz com que o FGTS seja alvo constante de disputas em torno da utilização de seus recursos. De um lado, ganhou força uma visão que privilegia a utilização individual dos recursos do Fundo, defendendo maior liberdade de acesso às contas vinculadas e difundindo a percepção de que seus recursos são indevidamente apropriados e mal gerenciados pelo Estado. De outro, setores empresariais pressionam pela sua flexibilização, seja por alterações nas contribuições, seja pela possibilidade de direcionar esses recursos para outras modalidades de investimento, sob o argumento de que a sua rentabilidade seria inferior à obtida no mercado financeiro.

Essa perspectiva, contudo, tende a reduzir o Fundo à sua dimensão estritamente financeira, desconsiderando sua natureza de patrimônio coletivo dos trabalhadores e desviando a sua função social. Como consequência, tem-se intensificado a pressão por maior flexibilização e expansão das regras de saque, ampliando o uso do Fundo como mecanismo de liquidez imediata. Esse processo chama atenção para um debate sobre os limites dessa flexibilização e seus efeitos sobre a capacidade do FGTS de cumprir sua função de proteção ao trabalhador e de financiamento de políticas públicas de longo prazo.

A partir de 2017, observa-se uma inflexão na trajetória de acumulação do FGTS. Essa inflexão ocorreu em um contexto marcado pelos efeitos da recessão econômica iniciada em 2015, pelo fraco dinamismo do mercado formal de trabalho, pelo aumento do desemprego, pelas mudanças promovidas pela reforma trabalhista e pelo processo de flexibilização das regras de movimentação das contas vinculadas.

Essa mudança de concepção sobre o papel do FGTS refletiu-se na ampliação das possibilidades de movimentação das contas. Inicialmente, a liberação extraordinária das contas inativas permitiu saques da ordem de R\$ 44 bilhões. Em seguida, foi instituído o saque imediato, responsável



por aproximadamente R\$ 28,1 bilhões em retiradas. A partir de 2020, com a implementação do saque-aniversário, essa flexibilização tornou-se permanente, acumulando R\$ 196,4 bilhões em saques até 2025. Somam-se ainda os saques extraordinários, que totalizaram cerca de R\$ 23,6 bilhões. Em conjunto, essas medidas movimentaram aproximadamente R\$ 292 bilhões entre 2017 e 2025, ampliando significativamente o volume de recursos retirados do Fundo.

A dimensão dessas medidas revela seus impactos sobre a dinâmica de capitalização do FGTS. O volume movimentado equivale a aproximadamente 35% do ativo total do Fundo registrado em 2025 e corresponde a cerca de 47% de sua carteira de crédito. Embora o FGTS tenha mantido trajetória de crescimento, a ampliação sucessiva das modalidades de saque intensificou a pressão sobre sua capacidade de acumulação e reforçou uma mudança na forma de compreender sua finalidade. O saque-aniversário ilustra esse movimento. Em apenas cinco anos, tornou-se a segunda principal modalidade de saque do Fundo, respondendo, em 2025, por R\$ 54,9 bilhões, o equivalente a 31% de todos os pagamentos realizados aos trabalhadores.

Esse movimento contribuiu para fortalecer a percepção de que o Fundo deve funcionar prioritariamente como um mecanismo de liquidez imediata ou como um patrimônio individual destinado à livre utilização de seus recursos. Essa visão, contudo, reduz o FGTS à sua dimensão financeira e desconsidera sua dupla função: proteger o trabalhador em situações de desemprego e outras circunstâncias que o afastem do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que viabiliza o financiamento de políticas públicas estruturantes.

O enfraquecimento dessa concepção não se restringe à redução do estoque dos recursos disponíveis, mas coloca em risco um dos principais mecanismos de poupança dos trabalhadores brasileiros e compromete a capacidade de financiamento da habitação de interesse social, do saneamento e da infraestrutura, áreas que exigem recursos de longo prazo, melhores taxas e elevados volumes de capital, condições que historicamente não encontram oferta suficiente no mercado privado, sejam pelos riscos envolvidos,

seja pela menor atratividade econômica desses investimentos, o que reforça o caráter estratégico do FGTS como instrumento de política pública.

Diante desse cenário, a discussão sobre o futuro do FGTS não deve se limitar à ampliação das possibilidades de saque ou ao debate sobre a remuneração das contas vinculadas. O desafio consiste em preservar sua capacidade de financiamento e sua sustentabilidade de longo prazo, aliando a proteção ao trabalhador com a manutenção de um dos principais instrumentos de financiamento do desenvolvimento urbano e social do país. É a partir desses desafios que se estruturam as proposições apresentadas a seguir:

- Preservar a natureza do FGTS como instrumento de proteção social e de financiamento do desenvolvimento, evitando medidas que comprometam sua capacidade de capitalização e descaracterizem sua finalidade original;
- Preservar a capacidade da Caixa Econômica Federal de operar o FGTS, reconhecendo seu papel estratégico na implementação de políticas públicas e no financiamento do desenvolvimento nacional;
- Revisar as modalidades de saque, considerando seus impactos sobre a sustentabilidade financeira do FGTS;
- Aprimorar a remuneração das contas vinculadas, compatibilizando maior rentabilidade aos trabalhadores com a sustentabilidade do Fundo;
- Ampliar a execução do orçamento de crédito do FGTS;
- Priorizar a aplicação dos recursos em habitação de interesse social, saneamento básico e infraestrutura;
- Aperfeiçoar a governança do FGTS, assegurando que alterações em suas regras considerem seus impactos sobre a proteção ao trabalhador, a sustentabilidade financeira do Fundo e sua capacidade de financiamento.

*** Hyolitta Araújo** é doutora em economia pela Universidade Federal da Paraíba. Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e assessora técnica na Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).



A moradia para além das paredes: um direito em construção

Por Euaniza Rodrigues*

Morar é uma necessidade fundamental e um direito que se insere no conceito mais amplo do direito à cidade. No entanto, a realidade dos centros urbanos no Brasil, onde 85% da população reside, revela um cenário de profundas desigualdades sociais. A urbanização, muitas vezes vista como sinônimo de progresso, esconde a precariedade e a pobreza que afetam uma grande

parcela da população. É crucial entender que o problema habitacional não se resume à falta de uma casa própria, mas é composto por uma série de fatores que configuram o chamado déficit e inadequação habitacionais.

A moradia, além de representar um direito individual essencial, também se qualifica como um direito coletivo, pois está diretamente vinculada à organização do espaço urbano, à função social da cidade e à oferta de serviços públicos indispensáveis à construção de comunidades democráticas e sustentáveis. Essa perspectiva amplia a compreensão do direito à moradia, ao reafirmar o papel do Estado não apenas para garantir o acesso à habitação, mas também como promotor de condições estruturais que efetivem a dignidade humana em sua totalidade.

Fique claro: o acesso à moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos, e a sua garantia depende de ação coletiva, pressão popular, fiscalização e de políticas públicas eficazes. Não se refere simplesmente às pessoas que não têm casa própria, mas reflete toda uma complexidade de questões que envolvem quem mora de aluguel, quem mora em coabitação, quem mora em condições precárias e inabitáveis ou até quem precisa adequar a sua moradia, regularizar sua posse ou garantir infraestrutura. Significa que habitação não é apenas construir casas, mas também abrange urbanizar e regularizar favelas, tratar áreas de risco, oferecer loteamentos populares e dotá-los de infraestrutura necessária, dentre outras tantas alternativas.

Uma política pública eficaz deve ter estratégias para todos esses componentes: construção de novas moradias, regularização fundiária, urbanização de favelas e melhoria das unidades autoproduzidas. O desafio aponta para a adoção de uma estratégia habitacional ampla e diversificada, visando atender demandas de todos os cidadãos. No Brasil, o déficit habitacional tem um perfil bem definido: está concentrado nas famílias de mais baixa renda, chefiadas por mulheres e compostas majoritariamente por negros e negras, de modo que a moradia acaba sendo um espelho das desigualdades sociais e econômicas do país.

Tão importante quanto construir novas moradias é apoiar a melhoria dos precários espaços habitacionais existentes e que, muitas vezes, não oferecem condições dignas de conforto, segurança e higiene. Moradia não é quatro paredes e um teto. É a inserção desse local na dinâmica do território, seja no meio urbano ou rural. Uma moradia digna, portanto, não pode ser pensada isoladamente, dado que deve garantir à pessoa o acesso aos serviços públicos, equipamentos sociais, oportunidades econômicas e culturais, articuladas com questões de mobilidade.

A conexão da política habitacional com as demais políticas públicas, como saúde, educação, saneamento, cultura e transportes,

é essencial para que a pessoa não apenas tenha onde morar, mas também consiga se inserir plenamente na cidade. Isso inclui ainda a adequação ambiental e cultural da construção de imóveis: se é sólida, segura e sustentável. Para os moradores, a cidade tem um claro valor de uso. É o lugar onde vivem, trabalham, descansam e amam.

A questão da habitação é, antes de mais nada, a do acesso à terra, que continua no Brasil sem solução adequada. A ação da população de mais baixa renda se baseia na posse efetiva, no trabalho continuado, nos laços de solidariedade, vizinhança e parentesco. Essa também possui uma lógica própria e cria direitos que deveriam ser reconhecidos pela sociedade brasileira.

A produção de moradia não deve ser o único componente do direito à cidade. Tem a ver com infraestrutura, rede urbana, acesso aos bens, serviços e equipamentos públicos. Tem a ver também com uma construção sólida, segura e adequada ambientalmente ao lugar, pois não dá para fazer a mesma casa em espaços que registram diferenças regionais agudas: uma em um lugar que faz um frio de 0°C, como no Sul, e outra em uma Região Amazônica ou do sertão nordestino. Para tal, é preciso considerar as particularidades e a cultura de cada região, respeitando as condições postas para que a moradia produzida pela política habitacional do país atenda à necessidade das pessoas.

Um dos grandes equívocos no debate sobre habitação é tratar o financiamento imobiliário como a solução universal para o problema. A Caixa Econômica Federal, maior agente do setor, tem um papel fundamental, mas sua principal ferramenta – o crédito para compra de imóveis – é inacessível para a maioria dos que mais precisam. Essa estratégia não serve para mais de 70% das pessoas que não têm moradia. O motivo é simples: o crédito imobiliário exige comprovação de renda estável, idade adequada para o prazo de financiamento, dinheiro de entrada e, o mais importante, um nome limpo ou não ter restrição cadastral. Uma família de baixa renda ou uma pessoa em situação de rua,

se quiser – por exemplo, não vai conseguir esse crédito, porque não tem como dar as garantias exigidas.

No exemplo citado, vale até uma analogia: a Caixa não vende casa, vende dinheiro, emprestando para o cidadão comprar o imóvel no mercado. Tal modelo, embora importante e volumoso, não resolve o problema daqueles que não são elegíveis para o crédito. O financiamento habitacional é muito importante, de modo algum dá para descartar a relevância da medida, mas não é a principal estratégia para conseguir que as pessoas sem moradia passem a ter esse direito.

Diante desse cenário, um dos maiores desafios para a Caixa e para o poder público é operar com mecanismos e programas que atendam à diversidade das necessidades habitacionais brasileiras. A política de habitação não pode se restringir ao crédito imobiliário. É urgente construir um leque de possibilidades que combine diferentes formas de financiamento, incluindo o crédito bancário para quem tem acesso, o financiamento subsidiado por meio do FGTS para as famílias de baixa renda e o aporte de recursos do orçamento público para os mais pobres, por não terem condições de arcar com nenhum tipo de empréstimo.

A luta para garantir moradia como um direito implica que as pessoas não podem perder o acesso a esse direito no meio do caminho, o que tornam fundamentais os programas subsidiados pelo Governo Federal, como o Minha Casa, Minha Vida – FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), o Minha Casa, Minha Vida Rural e o Minha Casa, Minha Vida Entidades – FDS (Fundo de Desenvolvimento Social), além das ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Urbanização de Favelas, de regularização fundiária e de melhorias habitacionais. Algumas dessas iniciativas visam enfrentar situações de onde se localiza o maior gargalo da moradia no país.

Além das fontes de recursos tradicionais, deve-se valorizar ainda a diversidade nas formas de acesso à moradia, indo além da propriedade individual e culminando na

propriedade coletiva e na locação social. Essa visão ampla é essencial para enfrentar o componente da especulação imobiliária, que empurra as moradias das populações mais pobres para locais cada vez mais distantes dos centros urbanos, comprometendo o acesso a outras políticas públicas.

Como resultado desse processo de favelização e deslocamento para lugares distantes de grandes centros metropolitanos, milhares de famílias estão instaladas em residências que precisam de reformas, ampliação, regularização ou acesso à infraestrutura urbana. O programa Reforma Casa Brasil se insere no componente da inadequação habitacional e não da falta de moradia. Atende famílias que têm onde morar, mas enfrentam problemas como a falta de banheiro, a ausência de ligação à rede de água e esgoto ou a insegurança quanto à titulação do terreno. São problemas que, muitas vezes, afetam moradias autoproduzidas ou muito antigas.

Em suma, garantir a habitação como um direito humano e coletivo exige superar a visão do financiamento imobiliário e do teto como simples mercadoria. A efetivação do direito à cidade requer políticas públicas abrangentes e subsidiadas, voltadas ao acesso à terra, à urbanização de favelas, à regularização fundiária e às especificidades territoriais e raciais da população de baixa renda. Somente ao integrar a moradia às redes de infraestrutura, aos serviços essenciais e à diversidade de formatos de posse, o país conseguirá edificar cidades verdadeiramente democráticas, inclusivas e sustentáveis.

** **Evaniza Rodrigues** é assistente social, ativista pelo direito à moradia e à cidade e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP)*



O segmento de habitação da Caixa como instrumento de reversão da desigualdade

Rede BrCidades*

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em seus anos de atuação, de 2009 a 2021, em sua primeira fase, e de 2024 até o presente momento teve méritos indiscutíveis: milhões de famílias foram beneficiadas em uma escala inédita de

produção habitacional e subsídios expressivos que permitiram o acesso à moradia para famílias inseridas na Faixa 1 do programa.

Entretanto, o principal problema do Programa foi a localização de parte expressiva dos empreendimentos em periferias distantes, desprovidas de equipamentos públicos, comércio, empregos e transporte adequado, além de diversos empreendimentos para as Faixas 2 e 3 que foram subvertidos pela lógica do aluguel, sem aplicação de sua função social. Essa lógica, resultante do modelo de “empreitada global” (no qual a construtora privada define terreno, projeto e execução da obra), respondeu por 98% do orçamento do Programa e alimentou a especulação fundiária e a urbanização dispersa. A ausência e, por vezes, a falta de capacidade institucional dos municípios na aplicação



dos instrumentos do Estatuto da Cidade que pudessem dar a eles maior protagonismo, não estimularam avanços relacionados à função social da propriedade da terra prevista no Estatuto da Cidade e nos Planos Diretores.

Já o subprograma MCMV-Entidades, no qual movimentos populares contam com assessoria técnico-social ao longo de todo o processo, demonstrou resultados superiores em localização, projeto e qualidade da obra, apesar de ter respondido por apenas 2% das moradias contratadas no orçamento total do Programa.

Além disso, compreendemos que a precariedade habitacional no Brasil incide de maneira desproporcional sobre a população negra (preta e parda), sobretudo sobre mulheres negras responsáveis por suas famílias, historicamente

relegada às periferias mais distantes e às áreas de maior risco e vulnerabilidade socioambiental.

A ausência, até aqui, de coleta e monitoramento sistemático do quesito raça/cor nos cadastros e nos indicadores do Programa impede o diagnóstico preciso dessas desigualdades e a construção de políticas capazes de enfrentá-las. É por isso que, além da qualidade habitacional e urbanística dessa produção, a equidade racial deve deixar de ser uma lacuna e passar a orientar, de forma transversal, o desenho, a execução e o monitoramento da política habitacional da Caixa.

A Rede BrCidades chama atenção, ainda, para um conjunto de problemas que têm sido observados nesta nova fase do MCMV e que, se não enfrentados, comprometerão seus objetivos sociais. Primeiro, o reduzido número de unidades habitacionais de

interesse social, especialmente na cidade de São Paulo, é incompatível com a vida digna de famílias populares. Segundo, a conversão de unidades destinadas a famílias de baixa renda, principalmente imóveis das Faixas 2 e 3 em imóveis para locação por plataformas de aluguel de curta duração ou para locação direta, adquiridas por pessoas sem qualquer intenção de morar, o que desvirtua a finalidade social do Programa e retira do mercado unidades que deveriam atender ao interesse social. Terceiro, o uso da alienação fiduciária como garantia dos financiamentos tem levado famílias a perder o imóvel por inadimplência, muitas vezes decorrente não do valor da prestação em si, mas pelos elevados custos adicionais com despesas condominiais, sobretudo nas faixas de renda mais baixas.

Sabemos do grande potencial que um programa como o MCMV tem de gerar emprego e renda e, por esse motivo, e devido à inquestionável necessidade de atenção à crise habitacional no Brasil é que fazemos as seguintes sugestões:

Propostas

Priorização da modalidade Entidades e critérios de habitabilidade na construção de novas moradias:

- Priorizar a produção de novas moradias na modalidade Entidades, tendo em vista que estas obtêm melhores resultados em termos arquitetônicos e urbanísticos, geram efeitos multiplicadores na economia local, além de gerar vínculos sociais e pertencimento no processo de viabilização;
- Priorizar a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) em áreas centrais com a aplicação da função social da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no Estatuto da Cidade e em leis municipais com a finalidade de ocupar imóveis vazios;
- Diversificar os produtos habitacionais com a reintrodução de lotes urbanizados, reforma de edifícios existentes, melhorias habitacionais, locação social e exigir projetos de melhor qualidade, mais adequados a cada realidade

física e ambiental, bem como em conformidade com a Lei do FNHIS (Lei de Habitação de Interesse Social de 2005), à Lei 10.888/2008 de ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social), e ao PlanHab (Plano Nacional de Habitação de Interesse Social) de 2009;

- Incentivar concursos públicos de projetos e outras modalidades de licitação, o que poderia abrir para os municípios a possibilidade de inovação na qualidade dos projetos arquitetônicos e urbanos, melhorando a implantação dos conjuntos considerando a diversidade regional e seus aspectos socioambientais. E rever especificações de projeto adotadas pelo Ministério das Cidades e Caixa, buscando melhor qualidade para a moradia e para a cidade;
- Estabelecer parâmetros nacionais mínimos de área útil por tipologia habitacional, compatíveis com padrões de habitabilidade adequada e com o número de moradores previsto para cada unidade, vedando-se a aprovação de projetos com metragens que inviabilizem a vida familiar. Revendo os parâmetros mínimos hoje admitidos pela Caixa e pelos municípios, condicionando a liberação de financiamento ao cumprimento desses padrões, definidos com participação técnica e dos movimentos populares de moradia. Além de restringir o uso de tipologias compactas do tipo estúdio como resposta padrão ao atendimento de famílias de interesse social;
- Constituir um subprograma específico para a reabilitação de edifícios ociosos de áreas centrais das nossas cidades, direcionando moradias prioritariamente para famílias de baixa renda registradas no CadÚnico. No âmbito do MCMV-Entidades, especialmente em São Paulo, houve inúmeros projetos exitosos, com os municípios em muitos casos oferecendo prédios públicos, desapropriados ou retomados a partir da aplicação dos instrumentos urbanísticos como contrapartida. Dado o número de unidades vazias nos centros das cidades brasileiras, que pode chegar a quase 5 milhões de unidades, essa vertente merece ser estruturada como uma modalidade específica do Programa MCMV;
- Exigir frequência do Trabalho Técnico Social em empreendimentos, com início antes da entrega da obra, de modo que as famílias atendidas

possam construir laços de vizinhança e a corresponsabilização com relação à manutenção. Prever acompanhamento técnico-social no pós-entrega, de modo a garantir a estrutura coletiva de gestão do conjunto habitacional.

Justiça racial e socioterritorial na política habitacional:

- Incluir critérios explícitos de priorização para famílias negras, em especial para mulheres negras responsáveis pela unidade familiar, na pontuação social utilizada na modalidade FAR e nas demais modalidades de atendimento;
- Priorizar a alocação de empreendimentos, bem como das linhas de melhorias habitacionais, reforma e regularização fundiária, em territórios de maioria negra, incluindo comunidades quilombolas urbanas e rurais, terreiros de matriz africana e territórios tradicionais, respeitando suas formas próprias de organização social e garantindo Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) adequada a essas realidades;
- Incentivar reformas para inclusão de banheiro, água potável e esgotamento sanitário para populações vulnerabilizadas;
- Enfrentar o racismo ambiental, priorizando o atendimento a famílias negras residentes em áreas de risco geológico-hidrológico e de maior vulnerabilidade climática, historicamente ocupadas por essa população;
- Apoiar os planos para territórios periféricos previstos pela Secretaria de Periferias, com destaque para as prioridades dos investimentos locais, retomando o orçamento participativo;
- Instituir um programa de geração de renda para família da faixa 1, haja vista o abandono das moradias, observado em muitos conjuntos, por famílias que não suportam os custos da moradia.

Outras formas de Propriedade:

- No Programa MCMV deverão ser destacadas a implementação de empreendimentos habitacionais alternativos ao modelo de

propriedade privada individual, como um programa de locação social popular (serviço social de moradia) com prédios públicos e administração por entidades do movimento social (PPPOP);

- O Programa deverá contemplar a constituição de um parque imobiliário público, que poderá ser constituído com imóveis públicos, voltado para locação social, cujas unidades serão doadas ou cedidas ao Município, Estado, União ou entidade sem fins lucrativos que se encarreguem da indicação dos beneficiários, trabalho social, gestão e manutenção das áreas comuns das moradias.

Alienação fiduciária, inadimplência e custo das despesas condominiais:

- Reconhecer o custo elevado das despesas condominiais, e não apenas o valor da prestação do financiamento, como causa relevante de inadimplência e perda da moradia nas faixas de renda mais baixas, instituindo subsídio ou fundo de apoio ao pagamento dessas despesas nos primeiros anos de ocupação para as Faixas 1 e 1,5;
- Revisar o regime de alienação fiduciária na habitação de interesse social como garantia do padrão dos financiamentos da Faixa 1 e demais faixas de baixa renda, adotando modalidades de garantia menos gravosas às famílias, como a concessão de uso especial para fins de moradia, que impeçam a perda sumária do imóvel. Prevendo a renegociação e regularização de contratos habitacionais em situação de inadimplência, priorizando famílias de baixa renda.

** As propostas aqui reunidas resultam do acúmulo de estudos, pesquisas e da experiência prática de integrantes da Rede BrCidades com a política urbana brasileira, formada por estudiosos(as), pesquisadores(as), professores(as) universitários(as), profissionais, gestores(as) públicos(as) e lideranças sociais dedicados(as) ao tema da habitação e do urbanismo.*



O papel estratégico da Caixa Econômica Federal como banco público e social e a garantia de acesso a políticas estruturantes pela população em situação de rua

*Por Darcy da Silva Costa**

A Caixa Econômica Federal não é um banco como os demais. Criada em 1861 com a missão de promover a poupança popular e o acesso ao crédito para as camadas de menor renda, a instituição consolidou-se, ao longo de mais de 160 anos, como o principal agente financeiro das políticas sociais do Estado brasileiro. Sua capilaridade, decorrente da presença em mais de 4.200 municípios, e sua condição de operadora de programas estruturantes como o Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Seguro Desemprego a tornam um instrumento insubstituível de execução de políticas públicas. Num contexto de agenda governamental comprometida com a redução das desigualdades, a Caixa precisa ser compreendida não apenas como instituição financeira, mas



como vetor de transformação social: um banco público cuja razão de ser transcende o lucro e se orienta pelo desenvolvimento econômico com inclusão e justiça social. Essa vocação, contudo, ganha contornos ainda mais urgentes quando se olha para a população em situação de rua, um dos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. A complexidade desse fenômeno exige respostas que ultrapassem o caráter emergencial e assistencialista, demandando uma abordagem intersetorial que integre habitação, renda e inserção produtiva. E é exatamente nesse ponto que a Caixa Econômica Federal assume um papel estratégico e insubstituível.

A natureza pública da Caixa a distingue fundamentalmente das instituições financeiras privadas. Enquanto estas orientam suas decisões

prioritariamente pela rentabilidade, a Caixa opera sob o princípio da função social do crédito e da intermediação financeira. Isso se traduz em uma capilaridade inclusiva, com presença em municípios onde bancos privados não têm interesse comercial, levando serviços financeiros essenciais à população de baixa renda, beneficiários de programas sociais e comunidades periféricas e rurais. Além disso, a Caixa é responsável pela operação de políticas públicas que transferem renda, subsidiam habitação popular, financiam infraestrutura urbana e viabilizam o acesso ao crédito para milhões de brasileiros que não teriam acesso pelo sistema financeiro tradicional. Como gestora do FGTS, administra o principal fundo de poupança do trabalhador brasileiro, direcionando seus recursos para habitação, saneamento e infraestrutura, com taxas e condições inacessíveis ao mercado privado. E, como banco social, oferece contas simplificadas isentas de tarifas, microcrédito orientado, loterias com destinação social e financiamentos habitacionais de interesse social com subsídios públicos. A Caixa é, portanto, o braço financeiro do Estado na promoção de direitos fundamentais: moradia, trabalho, renda e cidadania. Essa vocação social não é accidental, mas decorre da própria razão de ser da instituição, que desde sua origem voltou-se para o atendimento das camadas populares, acumulando ao longo das décadas uma expertise ímpar na gestão de programas de transferência de renda e na operação de financiamentos habitacionais.

Para a população em situação de rua, a Caixa é, muitas vezes, o único ponto de contato com o sistema financeiro formal. É ali que ela recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família e, eventualmente, consegue abrir uma conta simplificada, como a Caixa Fácil. Essa capilaridade, no entanto, não se traduz automaticamente em acesso efetivo, pois há barreiras concretas que dificultam a utilização desses serviços. A exigência de documento físico com foto para saques, mesmo quando a pessoa tem senha e biometria cadastradas, é um exemplo emblemático. A perda ou furto de documentos é uma realidade cotidiana para quem vive nas ruas, e a impossibilidade de sacar o benefício por falta de um papel pode significar a diferença entre alimentar-se ou não naquele

dia. A desburocratização dos procedimentos, com o reconhecimento de meios alternativos de identificação, é uma medida urgente que a Caixa precisa adotar para cumprir sua missão social. Além disso, a função social do crédito exige que a instituição desenvolva produtos financeiros adequados à realidade dessa população. As contas simplificadas isentas de tarifas já existem, mas é preciso ampliar o acesso e garantir que os beneficiários de programas sociais possam movimentar seus recursos sem custos e sem entraves. O microcrédito orientado para pequenos reparos, empreendedorismo popular e cooperativas de economia solidária é outra frente que deve ser fortalecida, permitindo que a população em situação de rua não apenas receba transferências de renda, mas também construa autonomia econômica.

A população em situação de rua no Brasil cresceu significativamente nos últimos anos, especialmente nos grandes centros urbanos. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, reconhece esse segmento como sujeito de direitos e estabelece diretrizes para sua inclusão social. Mais recentemente, a Lei nº 14.821/2024 instituiu a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), reforçando a necessidade de articulação entre habitação, renda e trabalho. A fragmentação das políticas públicas, no entanto, tem se mostrado insuficiente. A oferta habitacional desvinculada de estratégias de geração de renda e suporte social resulta em elevados índices de evasão e retorno à situação de rua. O simples fornecimento de uma moradia, sem garantia de renda mínima e sem acompanhamento psicossocial, muitas vezes não é sustentável. É nesse ponto que a Caixa, como agente financeiro e operador de políticas sociais, pode atuar de forma integrada, conectando o acesso à habitação com a transferência de renda e a inserção produtiva. O marco normativo fundamental para esta pauta é a Portaria Conjunta nº 4 entre o Ministério das Cidades (MCID), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), de 20 de março de 2025, publicada em 23 de abril de 2025, que estabelece os procedimentos

para o atendimento da população em situação de rua pelo programa Minha Casa Minha Vida, especificamente em operações com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Este avanço regulatório inova ao estabelecer uma reserva mínima de 3% das unidades habitacionais do MCMV-FAR para a população em situação de rua no Distrito Federal, capitais e municípios com mais de mil pessoas registradas nessa condição no Cadastro Único (CadÚnico).

Cabe à Caixa, como agente financeiro central do Minha Casa Minha Vida, a análise de crédito, a celebração de contratos, a gestão dos recursos do FAR e a aprovação dos Projetos de Trabalho Social. A portaria conjunta explicita o papel da Caixa na concretização do direito à moradia para os mais vulneráveis, exigindo uma atuação que extrapola a análise técnica bancária e adentra o campo da execução de política social. A reserva de 3% deve observar critérios rigorosos de elegibilidade e priorização: exigência de no mínimo seis meses de situação de rua comprovada, acompanhamento ativo pela rede socioassistencial, inscrição atualizada no CadÚnico e avaliação de autonomia para a transição. A priorização deve focar em famílias com crianças e adolescentes, mulheres chefes de família, gestantes, pessoas trans, idosos, pessoas com deficiência, indígenas e egressos de programas da PNTC PopRua. O Trabalho Social multidisciplinar é obrigatório, abrangendo as fases de pré-ocupação, com preparação para a mudança, e pós-ocupação, com mediação de conflitos e integração comunitária. Além disso, a governança deve ser garantida por meio da instituição de Grupos Intersetoriais locais para a seleção dos beneficiários. No entanto, a implementação efetiva dessa política ainda enfrenta obstáculos. Em cidades como São Paulo, não houve nenhuma entrega do Minha Casa, Minha Vida para essa população, porque não há empreendimentos da Faixa 1, com 100% de subsídio pelo governo, na capital, por exemplo. Apesar da existência da portaria, a pergunta que ecoa entre os beneficiários potenciais é: qual é a porta de entrada? Por onde se inscrever? Essa lacuna evidencia que a mera previsão normativa não é suficiente. É preciso que a Caixa, em articulação com os entes federativos, crie mecanismos concretos de acesso, rompendo com

barreiras ideológicas, políticas e de preconceito que muitas vezes impedem o desenvolvimento de programas habitacionais para a população em situação de rua.

A Caixa também tem um papel crucial na orientação da aplicação dos recursos do FGTS para a produção habitacional em áreas dotadas de infraestrutura urbana, evitando a periferização e a segregação espacial dessa população. A destinação de parcela dos recursos para a requalificação de imóveis ociosos em centros urbanos é outra frente que pode promover o direito à cidade e a ocupação de áreas com oferta de serviços públicos, rompendo com o ciclo de exclusão territorial que historicamente marginaliza essa população. Simultaneamente, a Caixa é a operadora do Bolsa Família e do pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais, assegurando que a transferência de renda chegue a quem mais precisa. O Cadastro Único deve ser fortalecido como a ferramenta primordial de identificação e acesso, com facilitação dos processos de atualização cadastral para pessoas sem domicílio fixo, utilizando o endereço de equipamentos públicos, como os Centros POP, como referência. A prioridade no processamento de benefícios para as famílias selecionadas pelo MCMV-FAR deve garantir que a entrada na moradia coincida com a estabilidade do auxílio financeiro. Para idosos e pessoas com deficiência em situação de rua, o BPC representa a principal garantia de sobrevivência, mas o acesso é dificultado pela exigência de laudo médico e documentação. Mutirões para acesso a documentação e perícia médica prioritária, além da integração de dados entre INSS e SUAS (Sistema Único de Assistência Social) para identificar potenciais beneficiários que já estão na fila do MCMV, são medidas essenciais, e a Caixa, como agente pagador, pode contribuir para que o BPC seja efetivamente um suporte para a manutenção da nova residência.

O Brasil já conta com o marco legal da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania como direito de todos os brasileiros. A Caixa, como principal agente operador das transferências de renda, tem papel estratégico na implementação gradual desse direito, que deve avançar das camadas mais

vulneráveis rumo à universalização. A criação de um fundo que estimule a criatividade, a cultura e o empreendedorismo da população em situação de rua, aliada a linhas de investimento específicas, pode transformar a realidade de milhares de pessoas que hoje vivem na miséria. Não se trata de enriquecer, mas de garantir o mínimo existencial, assegurando condições dignas de trabalho, renda e moradia. A inserção no mercado de trabalho é o vetor de autonomia, conforme estabelecido pela Lei nº 14.821/2024, e a Caixa pode contribuir com linhas de microcrédito orientado para empreendedores populares, catadores de materiais recicláveis, cooperativas de economia solidária e pequenos produtores. A criação de fluxos preferenciais no Sistema Nacional de Emprego (Sine) para o público do MCMV e a oferta de cursos de qualificação profissional técnica são medidas que podem ser articuladas com a Caixa, que, por sua capilaridade, pode atuar como ponte entre os beneficiários e as políticas de emprego.

O fomento a cooperativas e empreendimentos de economia solidária dentro ou próximos aos conjuntos habitacionais é outra estratégia importante para gerar renda local e prevenir a inadimplência. A sustentabilidade financeira da nova moradia depende de que os custos condominiais e de manutenção básica sejam cobertos por uma fonte de renda estável, o que exige planejamento integrado entre habitação, trabalho e assistência social. A Caixa também pode desenvolver produtos financeiros verdes e sociais, com condições favorecidas para projetos de eficiência energética, saneamento ecológico e habitação sustentável em empreendimentos de interesse social, ampliando o leque de oportunidades para a população em situação de rua que deseja empreender. A inclusão financeira, nesse sentido, não se resume a ter uma conta bancária, mas ter acesso a crédito, poupança e seguros que permitam a construção de um projeto de vida autônomo. A efetividade de todas essas ações, no entanto, depende da convergência entre os Ministérios das Cidades, dos Direitos Humanos e da Cidadania, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, assegurando que a moradia seja a porta de entrada para a cidadania plena. A viabilização da reserva de 3%

exige uma articulação sem precedentes entre o sistema financeiro, representado pela Caixa, e a rede socioassistencial.

A recomendação central é a criação de um Comitê Intersetorial Permanente, com assento para a Caixa, o INSS e os ministérios envolvidos, visando o monitoramento contínuo através de indicadores de permanência na moradia e evolução socioeconômica. Esse comitê deve contar com participação social, garantindo que os movimentos da população em situação de rua e a sociedade civil organizada possam contribuir com informações e decisões. Apenas com essa articulação entre governo e sociedade será possível levar respostas concretas às perguntas que emergem das ruas e assegurar que as políticas públicas não sejam apenas formuladas, mas efetivamente executadas. A governança deve incluir alinhamento de cúpula com a direção da Caixa para pactuar o fluxo operacional diferenciado para a reserva de 3%; oficinas interministeriais para detalhar o acompanhamento pós-ocupação e as responsabilidades municipais; assinatura de Acordos de Cooperação Técnica entre os ministérios e a Caixa para compartilhamento de bases de dados e simplificação de processos; e a implementação de projetos-piloto de linha de microcrédito específica para beneficiários do MCMV-PopRua em cinco capitais brasileiras, com avaliação de impacto e escalabilidade. Para que a Caixa cumpra plenamente essa missão, é necessário um conjunto de diretrizes práticas: ampliar as linhas de microcrédito orientado com taxas de juros diferenciadas e prazos estendidos; implementar programa permanente de capacitação dos agentes da Caixa para atendimento humanizado e não discriminatório à população em situação de rua, pessoas trans, imigrantes, indígenas e demais grupos vulneráveis; simplificar procedimentos documentais, reconhecendo a realidade de pessoas sem domicílio fixo ou com documentação incompleta; e criar canais de atendimento especializados para populações vulneráveis nas superintendências regionais.

A sensibilização operacional deve alcançar todos os níveis, passando pelos caixas e gerentes, pois o atendimento pode ser a

diferença entre o acesso ou a exclusão de políticas públicas essenciais. Além disso, a gestão estratégica do FGTS deve orientar a aplicação de recursos para a produção habitacional em áreas dotadas de infraestrutura, evitando a periferização, e a destinação de recursos para a requalificação de imóveis ociosos em centros urbanos é outra frente que pode ser explorada. A Caixa também deve posicionar-se como agente operacional central na implementação progressiva da Renda Básica de Cidadania, integrando as bases do CadÚnico, do Bolsa Família e do BPC com sua plataforma operacional. O desenvolvimento de produtos financeiros complementares, como crédito orientado, poupança programada e seguros populares, permitirá que os beneficiários da Renda Básica possam construir autonomia.

Mais do que gerir recursos, cabe à Caixa gerar oportunidades, viabilizar direitos e construir pontes entre a política pública e a vida concreta de milhões de brasileiros e brasileiras. O avanço na direção da Renda Básica de Cidadania, nos termos da Lei nº 10.835/2004, encontra na Caixa o agente natural para sua operacionalização, combinando a capilaridade de sua rede de atendimento com a experiência acumulada na gestão dos maiores programas de transferência de renda do país. A integração entre o MCMV, o Bolsa Família, o BPC e as políticas de empregabilidade não é apenas recomendável, mas condição sine qua non para o sucesso da política habitacional de interesse social. Que a Caixa assuma, com plenitude, sua vocação de banco público e social, e que a moradia digna, o trabalho e a renda deixem de ser privilégio para se tornarem direitos efetivos para todos, especialmente para aqueles que vivem nas ruas e aguardam, há tempo demais, uma oportunidade de recomeçar com dignidade.

***Darcy da Silva Costa** é coordenador nacional do Movimento Nacional da População em Situação de Rua



A Caixa como agente de transformação social das políticas públicas educacionais no Brasil

Por Roberta Pontes*

A discussão sobre o futuro da educação pública no Brasil passa inevitavelmente pelo fortalecimento de suas instituições financeiras estratégicas. A Caixa Econômica Federal desempenha um papel que vai muito além do setor financeiro tradicional, trata-se de um banco público com uma relevante razão social. Como operadora central de políticas de combate às desigualdades, a instituição garante a autonomia do Estado brasileiro na execução direta de programas educacionais e de transferência de renda, atuando como um pilar fundamental da soberania nacional.

A razão de ser de um banco público reside na sua capacidade de operacionalizar a garantia de direitos fundamentais em territórios e parcelas populacionais historicamente negligenciados pelo mercado financeiro privado. Ao assumir a execução de programas socioeconômicos de grande escala - desde o Bolsa Família até as políticas de habitação popular e de transferência de renda educacional -, a Caixa cumpre uma função social insubstituível na redução das profundas desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira.

No âmbito educacional, a atuação da Caixa como agente operadora de programas como o Pé-de-Meia e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) demonstra que a política monetária e a gestão de recursos públicos podem ser orientadas para a inclusão e a garantia da permanência estudantil. Em um cenário internacional marcado por constantes ameaças à soberania das nações e por pressões de desregulamentação, a defesa da Caixa enquanto instituição pública forte é a defesa da soberania nacional e da capacidade autônoma do Brasil em planejar, financiar e executar suas próprias prioridades sociais.

Entretanto, o cumprimento pleno dessa missão exige que a instituição financeira não permaneça estática diante das transformações tecnológicas e das novas demandas socioculturais da juventude. A eficácia da política pública de educação depende da contínua convergência entre a visão estratégica do Ministério da Educação (MEC), a agilidade operacional do banco público e a escuta ativa dos movimentos sociais e das lideranças estudantis.

Para compreender a urgência e o impacto das atuais políticas de incentivo à permanência escolar, faz-se necessário resgatar o histórico recente da educação pública brasileira. Entre os anos de 2019 e 2022, o país atravessou um ciclo severo de retrocessos institucionais, marcado por cortes orçamentários sistemáticos, bloqueios e contingenciamentos que afetaram desde a educação básica até os Institutos Federais e as Universidades Públicas.

Esse desmonte orçamentário, somado aos impactos devastadores da pandemia da COVID-19,

aprofundou a vulnerabilidade social de milhões de famílias. O resultado direto foi a elevação alarmante dos índices de evasão e abandono escolar no ensino médio, com milhares de jovens sendo forçados a abandonar as salas de aula para ingressar precocemente no mercado de trabalho informal, na tentativa de complementar a renda familiar básica.

Diante dessa emergência social, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e o movimento estudantil organizado assumiram o protagonismo na formulação de propostas e na pressão política pela criação de mecanismos permanentes de proteção social aos estudantes. Foi nesse contexto de resistência e reconstrução democrática que emergiu a concepção do Programa Pé-de-Meia — uma poupança e um incentivo financeiro educacional voltados a garantir a permanência e a conclusão do ensino médio.

Apesar dos questionamentos iniciais promovidos por setores críticos que desconsideravam o papel da transferência direta de renda na educação, dados recentes divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) comprovam a eficácia da medida. Registra-se uma redução de aproximadamente 44% na taxa de abandono escolar entre os estudantes beneficiados pelo programa Pé-de-Meia. A consolidação do programa demonstra que o combate à evasão escolar requer soluções objetivas que ataquem a raiz econômica do problema, permitindo que a prioridade do jovem permaneça na sua formação acadêmica e cidadã.

A despeito do sucesso indiscutível do Pé-de-Meia enquanto política pública de inclusão, a operacionalização prática e a vivência diária dos beneficiários revelam gargalos substanciais que limitam o alcance do programa e exigem aperfeiçoamentos por parte da Caixa Econômica Federal e dos órgãos executivos.

Um dos principais obstáculos identificados nas visitas às escolas e nas escutas territoriais realizadas pela UBES é a desinformação. Uma parcela significativa da juventude elegível desconhece o funcionamento do programa, os critérios de acesso ou a documentação necessária para o recebimento do benefício. A linguagem burocrática e a falta de campanhas de comunicação segmentadas nos territórios

periféricos geram dúvidas frequentes sobre quem tem, de fato, direito ao incentivo.

Atualmente, a concessão do Pé-de-Meia está estritamente vinculada às famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais com renda per capita enquadrada nos limites de pobreza ou extrema pobreza. Na prática, essa rigidez cria distorções sociais: famílias que superam o teto do CadÚnico por margens irrisórias (por vezes por R\$ 1,00) são sumariamente excluídas da política, embora vivenciem condições idênticas de privação material e vulnerabilidade.

No aspecto estritamente operacional e bancário, observa-se que grande parte dos estudantes opte por transferir os recursos recebidos no Pé-de-Meia para contas em bancos digitais privados. A superação dessas barreiras operacionais é pressuposto para que a Caixa não apenas transfira renda, mas construa uma relação duradoura de inclusão bancária e cidadania financeira com os jovens brasileiros.

Consciente de que a permanência escolar é um direito universal e não uma concessão restrita, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas lançou a campanha nacional “Pé-de-Meia para Geral”. A proposta central da mobilização é a universalização progressiva do programa para todos os estudantes da rede pública do ensino médio, do ensino técnico e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A restrição do benefício apenas a parcelas do ensino médio regular ignora a realidade socioeconômica de modalidades como a EJA e o ensino técnico, onde a necessidade de inserção no mercado de trabalho é ainda mais premente. A expansão do programa para contemplar essas modalidades é uma medida de justiça distributiva e de combate às desigualdades educacionais.

Além disso, compreende-se que o incentivo financeiro do Pé-de-Meia é o primeiro passo de uma política estudantil estruturada, mas que, isoladamente, não resolve a totalidade dos desafios educacionais. A garantia da permanência exige a construção de um ecossistema integrado que contemple: Passe Livre Estudantil Universal para a garantia do transporte público gratuito como condição prévia de acesso à escola; e alimentação escolar (merenda) de qualidade para combater a fome e a insegurança alimentar.

A pauta do Passe Livre Estudantil exemplifica a necessidade de articulação interfederativa. Como a educação não ocorre isoladamente dentro do espaço físico escolar, a locomoção do estudante representa um custo que frequentemente inviabiliza a frequência às aulas. Experiências bem-sucedidas de passe livre e tarifa zero em regiões metropolitanas como Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza e no Distrito Federal demonstram que a cooperação entre o governo federal, governos estaduais e prefeituras municipais é viável e urgente.

Ao tratar do acesso ao ensino superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) surge como uma das políticas públicas mais marcantes da história recente da educação brasileira. Contudo, a avaliação crítica do programa exige reconhecer tanto suas conquistas históricas quanto as distorções acumuladas ao longo de mais de duas décadas de existência.

Embora tenha franqueado o acesso de milhões de jovens de baixa renda à graduação, o modelo do FIES produziu um grave efeito colateral: o endividamento dos egressos. Formar-se na faculdade não pode se transformar em uma armadilha financeira ou em um pesadelo de inadimplência. Iniciativas como o programa Desenrola FIES, que permitiu a renegociação de bilhões de reais em débitos, foram essenciais para dar alívio financeiro às famílias, mas a solução definitiva requer o redesenho estrutural das condições de financiamento.

A UBES defende o fortalecimento de subsídios estatais mais expressivos, taxas de juros adequadas e condições de amortização que respeitem a real situação de inserção do profissional no mercado de trabalho. Paralelamente, reitera-se a postura inegociável de que o financiamento privado não substitui o investimento prioritário na expansão e consolidação das Universidades Públicas, gratuitas e de qualidade.

Com base no diálogo contínuo entre a representação estudantil, o Ministério da Educação e a direção da Caixa Econômica Federal, apresentam-se as seguintes recomendações objetivas para o aprimoramento das políticas públicas operadas pelo banco:

- Desenvolvimento do ecossistema “Caixa Jovem”, criando uma interface digital exclusiva, simplificada e intuitiva para o aplicativo do Pé-de-Meia, integrando ferramentas de educação financeira e suporte ao estudante;
- Criação de canais diretos de escuta e transparência como, por exemplo, a instituição de comitês de acompanhamento com a participação de grêmios e entidades estudantis para monitorar falhas de pagamento ou inconsistências cadastrais nos municípios;
- Ampliação dos módulos de pagamento e flexibilização do CadÚnico, articulando junto ao Governo Federal a transição de critérios estritamente focados no CadÚnico para parâmetros ampliados de vulnerabilidade social escolar, alcançando estudantes da EJA e do ensino técnico;
- Integração de benefícios sociais universitários estabelecendo mecanismos de permanência estudantil integrados para os beneficiários do FIES, assegurando subsídios de alimentação e transporte durante toda a trajetória acadêmica.

A trajetória das políticas educacionais no Brasil demonstra de forma inequívoca que a inclusão social e a redução das desigualdades estruturais dependem do fortalecimento de instituições públicas comprometidas com a soberania e com os direitos humanos. A Caixa Econômica Federal, ao atuar não apenas como mera executora financeira, mas como agente estratégico de transformação social, desempenha um papel indispensável no desenvolvimento nacional.

Garantir que o Pé-de-Meia alcance a universalidade e que o FIES ofereça uma trajetória justa de acesso ao ensino superior são compromissos centrais para o futuro do país. O aprimoramento contínuo das ferramentas operacionais bancárias, somado à escuta atenta das reivindicações da juventude e à implementação de uma nova escola brasileira - equipada com passe livre, infraestrutura e valorização docente -, pavimentará o caminho para um Brasil soberano, justo e educador.

***Roberta Pontes, presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)**



A Caixa Federal operadora da soberania digital

Por Sérgio Amadeu*

A Caixa Econômica Federal, ao atuar como o principal agente operador de políticas públicas do Governo Federal no Brasil, é também uma grande operadora de tecnologias digitais.

Na primeira gestão do governo Lula, a Caixa avançou no uso de softwares abertos, e desde então implementou o sistema Linux nas ATMs e nas máquinas das lotéricas de todo o Brasil. O sucesso é incontestável, pois poucas pessoas sabem que em cada casa lotérica o software livre garante que todas as operações sejam realizadas.

Entretanto, a utilização de infraestruturas tecnológicas abertas e soberanas foi paralisada por diversas pressões de lobbies e influências das forças políticas de extrema direita, que só observam as tecnologias digitais como oportunidades de negócios

e não como elementos estruturantes do desenvolvimento nacional.

No cenário atual de pressões internacionais para que o país se torne um mero consumidor de produtos das *big techs* dos Estados Unidos, é sabido que a grande estrutura tecnológica da Caixa Econômica Federal tornou-se objeto de intensa disputa. Para a operacionalização do crédito, abertura de contas (como a Poupança Social Digital pelo Caixa Tem) e pelo pagamento de diversos benefícios sociais e trabalhistas, a instituição utiliza diversos sistemas e soluções que garantem o funcionamento das operações do banco.

É preciso afirmar que as aparências enganam. Recentemente a Caixa contratou a nuvem do Serpro que tem parceria em sua área multicloud com as empresas Google Cloud, AWS, Huawei, Oracle, Microsoft Azure e IBM Cloud. Diante das tensões com os Estados Unidos e com a existência de leis norte-americanas como a Cloud Act e o FISA, qualquer dado ou sistema submetido às empresas estadunidenses são submissos às decisões de Trump e do Estado norte-americano.



Além disso, a Caixa Econômica Federal tem utilizado o Copilot, assistente de inteligência artificial generativa da Microsoft, que é acessado por diversas áreas do banco. A dependência da Microsoft vai se ampliando e se expandindo para diversas áreas, além de manter um contrato de uso que supera o volume efetivamente utilizado.

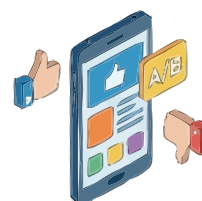
A ampliação do uso de soluções proprietárias de grandes empresas de tecnologia evidencia o aprofundamento da dependência tecnológica da Caixa. À medida que sistemas, plataformas e ferramentas estratégicas passam a se concentrar em poucos fornecedores, a instituição reduz sua autonomia para definir seus próprios rumos tecnológicos e amplia sua vulnerabilidade a interesses comerciais e geopolíticos externos.

Essa dependência não representa apenas uma escolha tecnológica. Ela direciona parcela significativa dos investimentos públicos em tecnologia para corporações estrangeiras, em detrimento do fortalecimento de soluções abertas, da indústria nacional e do desenvolvimento de capacidades próprias. A Caixa precisa romper com essa dependência e assumir um papel estratégico na construção da soberania digital brasileira.

A Caixa Econômica Federal tem recursos e condições técnicas para romper com essa dependência digital. Para isso, é necessário adotar uma política pública de código aberto e de uso de Inteligência Artificial (IA) também aberta, bem como privilegiar infraestruturas digitais soberanas. O Brasil possui condições de financiar sua independência tecnológica se conseguir bloquear os lobistas e constituir uma política tecnológica soberana, o que passa pela construção de infraestruturas soberanas e controladas por agentes nacionais.

A Caixa deve se unir a outras estatais para aplicar parte do seu grande orçamento de TI para financiar infraestruturas e soluções o mais autônomas possíveis, garantindo que parte dos recursos públicos destinados à tecnologia seja utilizada para o nosso desenvolvimento tecnológico e não somente para o uso de soluções de corporações e oligopólios estrangeiros.

** **Sérgio Amadeu** é sociólogo, doutor em Ciência Política pela USP e pesquisador de soberania digital*



Bancos públicos: a importância estratégica da Caixa e na transformação digital

*Por Luis Nassif**

Os bancos públicos ocupam uma posição central na transformação econômica e digital do Brasil, desempenhando um papel estratégico na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Seu diferencial competitivo vai muito além da oferta de serviços financeiros. Essas instituições reúnem características que as tornam únicas: estão presentes em todo o território nacional, conhecem profundamente a dinâmica econômica e social do país e possuem reconhecida capacidade para executar políticas públicas de forma eficiente, alcançando milhões de brasileiros.

Apesar desse potencial, sua atuação ainda permanece, em grande medida, limitada à reprodução das práticas do mercado privado, concentrando-se na oferta de crédito, contas digitais e outros serviços bancários tradicionais. O desafio para os próximos anos é ampliar essa missão, consolidando os bancos

públicos como instrumentos permanentes de desenvolvimento econômico, inclusão social e modernização do Estado.

Existem duas atividades nobres e essenciais que devem ser assumidas pelos bancos públicos, legitimando sua atuação estratégica e fortalecendo sua função social.

A primeira consiste em identificar, estruturar e financiar setores com elevado potencial para o associativismo e o cooperativismo. Diante das transformações no mercado de trabalho e da tendência de redução dos empregos tradicionais, as micro e pequenas empresas deverão assumir um papel cada vez mais relevante na geração de renda e ocupação. Na economia das plataformas, entretanto, sua competitividade dependerá da capacidade de atuar de forma articulada, seja para negociar em melhores condições com os grandes ecossistemas digitais, seja para desenvolver soluções tecnológicas próprias.

A segunda vocação é consolidar os bancos públicos como a principal porta de entrada para o governo digital. Atualmente, a população já conta com diversos serviços digitais, mas a próxima etapa trará uma aceleração dessa oferta, tornando o atendimento presencial indispensável para orientar e incluir os cidadãos.

Os empregados da Caixa: o caso de sucesso na pandemia

A pandemia da Covid-19 representou o maior teste de capacidade tecnológica recente para a Caixa Econômica Federal, mas o sucesso dessa atuação só foi possível graças ao compromisso, à capacidade técnica e à dedicação de seus empregados. Foram esses profissionais que garantiram a execução, em tempo recorde, das políticas públicas emergenciais, mantendo o atendimento à população mesmo diante dos riscos sanitários, da sobrecarga de trabalho e da necessidade de criar soluções inéditas para um cenário sem precedentes.

Enquanto grande parte das atividades econômicas era interrompida, milhares de empregados permaneceram nas agências e nos centros operacionais para assegurar que os recursos chegassem rapidamente à população. A atuação desses trabalhadores foi decisiva para que o Estado brasileiro conseguisse implementar sua principal política de proteção social durante a crise.

A maior demonstração dessa capacidade foi a operacionalização do Auxílio Emergencial. Os empregados da Caixa conduziram a maior operação da história da instituição, atendendo milhões de trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais (MEIs) e beneficiários do Cadastro Único. Em poucas semanas, mais de 52 milhões de pessoas já haviam recebido a primeira parcela do benefício. Para isso, foi necessário desenvolver novos sistemas de cadastramento, abrir automaticamente milhões de contas digitais, organizar cronogramas escalonados de pagamento e manter o atendimento presencial em milhares de agências espalhadas pelo país.

Talvez a maior confirmação do papel estratégico desempenhado pelos empregados tenha ocorrido nas agências físicas. Mesmo diante do risco de contaminação, esses profissionais mantiveram o

atendimento presencial para milhões de brasileiros que não possuíam acesso aos canais digitais. Organizaram filas, orientaram a população, ampliaram horários de funcionamento, acolheram pessoas em situação de vulnerabilidade e garantiram que os pagamentos ocorressem com segurança e eficiência.

A experiência da pandemia demonstrou que o maior patrimônio dos bancos públicos não está apenas em sua estrutura ou em sua tecnologia, mas sobretudo na capacidade técnica, no conhecimento acumulado e no compromisso de seus empregados com o interesse público. Foram eles que transformaram políticas públicas em resultados concretos para a população.

Essa experiência também evidencia o potencial dos bancos públicos para assumir um novo papel estratégico. A combinação entre presença territorial, conhecimento das realidades locais, infraestrutura tecnológica e profissionais altamente qualificados coloca essas instituições em posição privilegiada para liderar a próxima etapa da transformação digital do Estado, tornando-se a principal porta de entrada dos cidadãos para os serviços públicos digitais e ampliando a inclusão econômica e social.

Este período demonstrou que a Caixa está plenamente capacitada para a próxima fase, caracterizada pela convergência de serviços e sistemas de validação digital. A robusta base de dados consolidada durante a pandemia dotou a instituição de um entendimento único sobre o universo das PMEs e dos beneficiários de programas sociais. Dessa forma, os bancos públicos consolidam-se como o principal motor para aproximar e conectar os serviços digitais a toda a sociedade.

***Luis Nassif é jornalista, diretor e fundador do Jornal GGN.**

O que é necessário fazer para conquistarmos a Caixa que o Brasil precisa

Síntese das Propostas por Eixo Temático

1. Crédito como Instrumento de Desenvolvimento

O crédito deve deixar de ser visto apenas como um produto financeiro e ser resgatado como uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social. O financiamento à produção e ao consumo gera um forte efeito multiplicador na economia, fortalecendo o mercado interno. Para isso, é crucial atuar na redução das altas taxas de juros, que inibem o investimento produtivo e penalizam as famílias.



2. Fortalecimento do FGTS e sua Função Social

O FGTS é um pilar estratégico para o financiamento de políticas públicas, principalmente habitação e saneamento. A proposta central é rejeitar a visão que o reduz a um patrimônio individual de liquidez imediata (como o saque-aniversário) e, em vez disso, preservar sua função de poupança coletiva para o trabalhador e de fundo de investimento em projetos estruturantes de longo prazo.



3. Política Habitacional Ampliada e Inclusiva

A moradia é um direito coletivo, que vai além da "casa própria". As propostas incluem:

- Diversificar as formas de acesso (crédito, subsídio total, locação social, cooperativas) para atender às diferentes realidades, especialmente as de baixa renda;
- Integrar a política habitacional com outras políticas (saúde, educação, saneamento, mobilidade);
- Avançar na regularização fundiária e na melhoria de moradias autoproduzidas;
- Implementar efetivamente a reserva de 3% das unidades do Minha Casa, Minha Vida para a População em Situação de Rua, garantindo o Trabalho Social e o acompanhamento pós-ocupação.

4. Inclusão da População em Situação de Rua

Um ponto de destaque é a necessidade de a Caixa ser uma porta de entrada para a cidadania plena. Isso exige:

- Desburocratizar procedimentos, aceitando meios de identificação alternativos para saques e acesso a benefícios;
- Conectar habitação (MCMV), renda (Bolsa Família, BPC) e trabalho (microcrédito, economia solidária) para garantir a sustentabilidade da saída das ruas;
- Capacitar os funcionários para um atendimento humanizado e não discriminatório a esse público.

5. Educação e Transformação Social

A Caixa é um agente crucial para a permanência estudantil, operando programas como o Pé-de-Meia e o FIES. As propostas buscam:

- Ampliar a universalidade do Pé-de-Meia, incluindo estudantes da EJA e do ensino técnico, e flexibilizar os critérios de acesso (não apenas os do CadÚnico);
- Melhorar a comunicação e a interface digital do programa para os jovens;
- Reformular o FIES para evitar o endividamento dos egressos, com mais subsídios e taxas justas, sem substituir o investimento em universidades públicas.



6. Soberania e Transformação Digital

A dependência tecnológica da Caixa em relação a grandes corporações estrangeiras é apontada como um risco à soberania nacional. A proposta central é adotar uma política de software aberto, código aberto e Inteligência Artificial (IA) aberta, priorizando infraestruturas digitais soberanas e reduzindo a dependência de empresas sujeitas a leis extraterritoriais.



7. Valorização dos Empregados da Caixa

O documento é enfático ao afirmar que o maior patrimônio da Caixa são seus empregados. Eles são a linha de frente que transforma políticas públicas em realidade, acolhendo a população. A proposta é que o banco invista em sua capacitação, garanta um atendimento humanizado e reconheça seu papel fundamental.

8. Governança com Participação Social

Uma Caixa pública e social demanda mecanismos de participação e controle social. As propostas incluem a criação de comitês intersetoriais permanentes com representação de movimentos sociais, entidades estudantis e trabalhadores para monitorar e aprimorar as políticas públicas, garantindo que elas atendam às reais necessidades da população.



A força vem de dentro da Caixa. Os resultados aparecem Brasil afora!

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) apresentam a **edição 2026 do Caderno dos Estados**, com dados detalhados sobre a atuação da **Caixa Econômica Federal** em todas as regiões do Brasil em 2025, com base nas informações do Banco Central.

Em números, o banco responde por **22,1% das agências bancárias do país**, somando um total de **3.120 unidades** distribuídas por todas as regiões.

Dos **R\$ 6,1 trilhões** em operações de crédito ativos no Brasil, **23% pertencem à Caixa**. O banco **movimentou R\$ 1,4 trilhão** em diversos setores, contribuindo tanto para o desenvolvimento social quanto econômico dos brasileiros.

De acordo com o Banco Central, em 2025, **69,5% dos financiamentos imobiliários no Brasil foram realizados pela instituição**. Além disso, com investimentos de **R\$ 66 bilhões**, o banco foi responsável pela contratação de outras **386.971 unidades habitacionais** no programa do governo federal **Minha Casa, Minha Vida**.

No programa **Bolsa Família**, o país registrou, em média, **19,7 milhões de famílias beneficiárias**, com valor médio de **R\$ 672,82 por mês**. Ao todo, foram pagos **R\$ 159,5 bilhões**.

Nos últimos 10 anos, o **FGTS** executou **R\$ 1,1 trilhão em obras de saneamento, habitação e infraestrutura** em todo o país.

Esse é apenas um pequeno recorte do trabalho sério que as mais de **84 mil empregadas e empregados da Caixa** realizam diariamente para transformar a realidade de milhões de pessoas.

A Caixa reafirma seu papel como agente fundamental na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento do país.



@fenaefederacao



@contraf_cut



www.fenae.org.br



www.contrafcut.com.br

Acesse o
QR CODE e
confira a
publicação!





A Fenaé está há mais de cinco décadas ao lado das empregadas e empregados da Caixa.

Acompanhamos as lutas e caminhamos juntos em defesa dos bancários da Caixa.

Defendemos a Caixa pública, forte e social para um Brasil melhor.



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



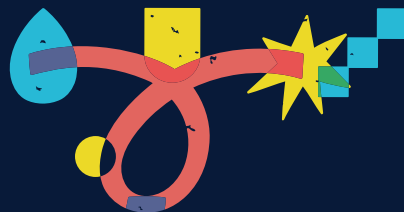
www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao



Conheça mais
sobre a Fenaé,
aponte a câmera
do seu celular
para o QR Code